

ROTEIRO GERAL DOCUMENTAÇÃO CONVÊNIOS OU TERMO DE AJUSTE (PCF) MUNICÍPIOS

Conforme disposto na Lei Complementar nº 119 de 28.12.12 (DOE 15.01.13) e suas alterações (Lei Complementar N.º 178 de 10.05.2018, [DOE 11.05.2018],) Decreto nº 32.811 de 28.09.2018 (DOE 01.10.2018) e suas alterações (Decreto nº 32.873 de 04.11.2018 [DOE. 07.11.2018]) segue a relação de documentos necessários para celebração e execução de Convênios ou Instrumentos Congêneres (PCF).

1. ETAPA CADASTRAMENTO

1

1.1. CADASTRO / ATUALIZAÇÃO DO PARCEIRO E-PARCEIRAS - Lei Complementar nº 119 e suas alterações, Art. 5º e 6º e Decreto nº 32.811, Art. 4º, 5º, 6º e 7º);

1.1.1. CADASTRO: Faz-se necessário o cadastro do parceiro no E-PARCEIRAS (<https://e-parcerias.cge.ce.gov.br/e-parcerias-web/padrao-web/paginas/seguranca/login.seam>);

1.1.2. ATUALIZAÇÃO: Para que sejam restabelecidos os acessos dos Prefeitos reeleitos ou fornecido acesso aos novos Prefeitos, faz-se necessário encaminhar solicitação, por meio de ofício, à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, informando o e-mail para contato e anexando cópia dos documentos abaixo: - Diplomação; - Ata de Posse; - Identidade do Representante Legal;

1.1.3. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Informações adicionais podem ser obtidas por meio dos telefones (85) 3101-3464 e (85) 3101-3466 – CGE CE (Controladoria Geral do Estado do Ceará).

2. ETAPA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIOS OU TERMO DE AJUSTE (PCF)

2.1. MAPP

- 2.1.1. Para celebração do instrumento faz-se necessário a aprovação do MAPP (número de identidade do Projeto no Sistema SIAP) após cumprimento do Art.6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SECON/SEFAZ/SEPLAG Nº 03 DE 16 DE JUNHO DE 2008 - **PCF – PROGRAMA DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA**;
- 2.1.2. Os casos que não se tratarem de PCF entrar em contato com a Câmara Técnica de Gestão do MAPP (85) 3101.5181 para maiores esclarecimentos referente a criação e aprovação do MAPP.

2.2. CONTA CORRENTE ESPECÍFICA DO CONVÊNIOS OU TERMO DE AJUSTE (PCF) - Portaria CGE nº 130/2015 – Art. 5º.

- 2.2.1. Com o Ofício da SESA destinado à Caixa Econômica Federal o Município deve dirigir-se a qualquer agência CEF para abertura da conta específica do Convênios ou Termo de Ajuste (PCF);
- 2.2.2. O Ofício será enviado para o e-mail do Município assim que o MAPP for aprovado e a via original ficará à disposição na SESA;
- 2.2.3. A conta deve ser aberta no CNPJ da Prefeitura Municipal (Beneficiário/Conveniente) e não Fundo Municipal;
- 2.2.4. O comprovante de abertura da conta específica do Convênios ou Termo de Ajuste (PCF) a ser emitido pela CEF deve ser encaminhado junto com a documentação listada no item 2.3 (DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES NA SESA).

2.3. DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES NA SESA

A documentação deve estar na ordem dos itens 2.3.2 ao 2.3.11 e ser entregue no protocolo da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - SESA: Av. Almirante Barroso, 600, Praia de Iracema, Fortaleza – CE.

- 2.3.1. OFÍCIO CASA CIVIL - Cópia do Ofício da Casa Civil disponibilizando o recurso para o município nos casos de recursos oriundos do Programa de Cooperação Federativa – PCF;
- 2.3.2. OFÍCIO DO MUNICÍPIO - Ofício do Município encaminhando a solicitação à Secretaria da Saúde do Estado (modelo **ANEXO I**);
- 2.3.3. DOCUMENTOS DO MUNICÍPIO E DO PREFEITO:
- Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - Cópia do Diploma da Justiça eleitoral;
 - Cópia do Termo de Posse do Prefeito;
 - Cópias dos Documentos do Prefeito:
 - 2.3.3..1. Cópia do RG;
 - 2.3.3..2. Cópia do CPF;
 - 2.3.3..3. Cópia do Comprovante de residência atualizado;
- 2.3.4. CERTIDÃO DE REGULARIDADE E ADIMPLÊNCIA - **Lei Complementar nº 119, Art. 5º e 6º e Decreto nº 32.811, Art. 4º, 5º, 6º e 7º**;
- Cópia da Certidão de Regularidade e Adimplência a ser emitida no endereço abaixo:
(<https://e-parcerias.cge.ce.gov.br/e-parcerias-web/paginas/parceiro/EmitirCertidao.seam>)
 - Faz-se necessária a atualização dos documentos (Certidões Negativas de Débitos) referentes ao cadastro do parceiro no E-PARCELIAS -
 - A inadimplência do município impede a celebração do instrumento, salvo exceções;
- 2.3.5. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - **Portaria CGE nº 130/2015 – Art. 5º**: Comprovante da abertura da Conta Corrente específica do Convênios ou Termo de Ajuste (PCF) aberto na Caixa Econômica Federal, conforme ofício expedido pela SESA (ver item 2. CONTA CORRENTE ESPECÍFICA DO CONVÊNIOS OU TERMO DE AJUSTE (PCF) (modelo **ANEXO II**);
- 2.3.6. DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA - **Lei 13.613/2018 (LDO 2019) - Art. 62, "I a IV" e Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38, § 1º, "I"**: Declaração de Contrapartida com o detalhamento da rubrica orçamentária e comprovação da mesma (modelo e informações sobre a contrapartida Financeira **ANEXO III**);
- 2.3.7. **DECLARAÇÃO NADA CONSTA** - **Decreto nº 32.81, Art.9º, VI a X**: Declaração do Representante Legal do Parceiro com a informação que não incorre em quaisquer das situações previstas (modelo **ANEXO IV**);

- 2.3.8. **PISO NACIONAL DOS AGENTES DE SAÚDE** - Lei nº 13.613/2018 [LDO 2019] - Art. 55, "I","b": Cópia da Lei Municipal que institui o Piso Nacional dos agentes de saúde;
- 2.3.9. PLANO DE CONTINGÊNCIA DE ARBOVIROSES – Lei nº 13.613/2018 [LDO 2019] - Art. 55, "I","c": Cópia da Declaração a Adesão do Plano de Contingência de Arboviroses emitida pela COVIG – SESA;
- 2.3.10. **COTAÇÃO DE PREÇO**- Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38, §3º, § 4º, §5º e §6º Cotação prévia de preços no mercado, compreendendo o levantamento de, no mínimo, três propostas comerciais junto a fornecedores, com vistas à obtenção de preço mais vantajoso;
- 2.3.11. PLANO DE TRABALHO - Lei Complementar nº119, Art.22 e Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38: Para a celebração de convênio ou instrumento congênere, o parceiro deverá apresentar plano de trabalho:
- 2.3.11.1. Ambulância, veículos e equipamento – (Modelo ANEXO V)
- 2.3.11.2. Repasse de Recursos para apoio de ações na área de saúde do município: Procedimentos (aquisição de medicamentos, material médico hospitalar e serviços técnicos em saúde – (Modelo ANEXO VI)

3. ETAPA EXECUÇÃO / PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1. RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO - Decreto nº 32.811, Art.82, §2º, “I”

O conveniente deverá inserir o Relatório Parcial de Execução do Objeto - RPEO no E-PARCELIAS a cada 60 dias **contados a partir da 1ª liberação de recurso do convênio ou instrumento congênere**, caso o RPEO não seja inserido no prazo correto, o município ficará impossibilitado de realizar movimentações financeiras devido bloqueio no Sistema.

- 3.1.1. RPEO DE PROCEDIMENTOS (modelo **ANEXO VIII**)
- 3.1.2. RPEO DE AMBULÂNCIA E VEÍCULOS (modelo **ANEXO IX**)
- 3.1.3. RPEO DE EQUIPAMENTOS (modelo **ANEXO X**)

Estes arquivos a serem inseridos devem ser digitalizados em formato PDF, e ter até 10MB, conforme limitação do sistema. Caso o arquivo tenha tamanho superior ao limite do sistema, este deverá ser fragmentado e a nomenclatura dos arquivos deve seguir o modelo, legendas e exemplos no **ANEXO XIV**.

3.2. AQUISIÇÃO, CONTRATAÇÃO E FINANCEIRO

O conveniente deverá inserir no E-PARCELIAS:

- 3.2.1. PROCESSO DE AQUISIÇÃO – PA - **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 73, 76 e 77** (deverão ser publicados no Diário Oficial do Município e/ou no Diário Oficial do Estado):
 - 3.2.1.1. Adjudicação do objeto licitado;
 - 3.2.1.2. Declaração de dispensa ou inexigibilidade quando for caso;
 - 3.2.1.3. Ata de Registro de Preços, se houver;
 - 3.2.1.4. LICITAÇÃO ANTERIOR AO CONVÊNIO:
 - **Para Convênios e Instrumentos Congêneres celebrado até 30/09/2018:**
Decreto Estadual nº 31.621/2014 – Art. 10 .No caso de licitações realizadas anteriores a celebração de convênio, o município deve solicitar a **SESA parecer jurídico** para anexar ao Sistema E-PARCELIAS. Esta solicitação deve ser feita através de Ofício anexando os principais documentos da licitação: Publicação da licitação, Homologação e Adjudicação do objeto licitado, contrato e publicação do contrato. Só serão aceitos os casos que atenderem o Art. 10 do Decreto nº 31.621/2014.
 - **Para Convênios e Instrumentos Congêneres celebrado a partir 01/10/2018:**
Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 78, excepcionalmente, poderá ser aceito procedimento de aquisição e efetiva contratação realizada antes da assinatura do convênio ou instrumento congênere, desde que tecnicamente motivada, por meio de **PARECER EMITIDO PELO CONVENIENTE**, de modo a resguardar o interesse público, contemplando no mínimo as informações de que:
 - I – A licitação ou compra direta observou as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, inclusive quanto à previsão de recursos na lei orçamentária anual para o exercício corrente, e no Plano Plurianual, quando for o caso, que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados;
 - II – O objeto do procedimento de aquisição e da efetiva contratação guarda compatibilidade com o objeto do convênio ou instrumento congênere caracterizado no Plano de Trabalho, sendo vedada a utilização de objetos genéricos ou indefinidos;
 - III – a contratação é mais vantajosa se comparada com a realização de uma nova licitação; e
 - IV – Quando já contratada, a empresa vencedora no procedimento de aquisição venha mantendo durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3.2.2. CONTRATAÇÃO - **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 77, parágrafo único**. (deverão ser publicados no Diário Oficial do Município e/ou no Diário Oficial do Estado):
 - 3.2.2.1. Contrato celebrado observado o disposto no Art.62 da Lei nº 8.666/93;
- 3.2.3. DOCUMENTOS DE LIQUIDAÇÃO – DL - **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 84** (deverão ser emitidos em nome do conveniente)

- 3.2.3.1. Notas Fiscais contendo Atesto de Recebimento e número do Convênios ou Termo de Ajuste;
- 3.2.3.2. Recibos, Faturas e outros documentos comprobatórios;
- 3.2.4. APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM POUPANÇA – **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 89 -** Quando o município receber a parcela do Convênios/Termo de Ajuste, obrigatoriamente, deverá aplicar o recurso na poupança na própria conta do Convênios até a utilização do recurso.
- 3.2.5. MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS – OBT- **Decreto Estadual nº 32.811/18 – Arts.83, 86, 87 e 88;**
- 3.2.5.1. Compete ao conveniente realizar apenas despesas previstas no Plano de Trabalho e efetuar os pagamentos obrigatoriamente via Ordem Bancária de Transferência - OBT no Sistema E-PARCIAS em favor do fornecedor contratado para execução do objeto do Convênios/Termo de Ajuste;
- 3.2.5.2. Os valores a serem pagos por OBT e as quantidades adquiridas devem ser no máximo o valor/quantidade constante no Plano de Trabalho, para alterações deve ser solicitado Alteração de Plano de Trabalho. (Ver item 3.4)

3.3. PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA- Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 55 e 57.

O conveniente deverá enviar a **SESA em até 30 dias antes do final da vigência:**

- 3.3.1. OFÍCIO – Ofício no papel timbrado do município assinado pelo prefeito solicitando a prorrogação da vigência contendo:
- 3.3.1.1. Número e objeto do Convênios ou Termo de Ajuste;
- 3.3.1.2. Número do Instrumento;
- 3.3.1.3. Dias de acréscimo (ex: 180 dias – não informar em meses)
- 3.3.1.4. Justificativa explicitando o motivo do conveniente não ter executado o objeto dentro do prazo e o porquê da quantidade de dias requerido;

3.4. ALTERAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO – PT - Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 55 e 57.

Os valores a serem pagos por OBT e as quantidades adquiridas devem ser no máximo o valor/quantidade constante no Plano de Trabalho, para alterações deve ser solicitado Alteração de Plano de Trabalho.

O conveniente deverá enviar a SESA:

- 3.4.1. OFÍCIO – Ofício no papel timbrado do município assinado pelo prefeito solicitando a alteração do Plano de Trabalho contendo:
- 3.4.1.1. Número e objeto do Convênios ou Termo de Ajuste;
- 3.4.1.2. Número do Instrumento;
- 3.4.1.3. Justificativa explicitando o que será alterado no PT (especificações dos itens, quantidades, valores, etc), o motivo desta alteração e informar se haverá alteração no valor final do Convênios;
- 3.4.2. PLANO DE TRABALHO - Novo Plano de Trabalho contendo:
- 3.4.2.1. Itens que já foram adquiridos com quantidade e valores de acordo com Nota Fiscal;
- 3.4.2.2. Novos itens a serem adquiridos;
- 3.4.2.3. Cronograma de Desembolso atualizado;
- 3.4.2.4. Datas da execução atualizadas;
- O Município só deverá efetuar novas OBTs após a publicação do Aditivo de alteração do Plano de Trabalho no Diário Oficial do Estado;
 - Se houver decréscimo no valor final, a redução é proporcional a porcentagem inicial do REPASSE SESA e da CONTRAPARTIDA; **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 88;**
 - Se houver acréscimo no valor final, o município deverá aumentar o valor da CONTRAPARTIDA;

3.5. UTILIZAÇÃO DE SALDO FINANCEIRO

O conveniente deverá enviar a SESA:

- 3.5.1. OFÍCIO – Ofício no papel timbrado do município assinado pelo prefeito solicitando a utilização do saldo financeiro contendo:
 - 3.5.1.1. Número e objeto do Convênios ou Termo de Ajuste;
 - 3.5.1.2. Número do Instrumento;
 - 3.5.1.3. Justificativa explicitando a necessidade de utilização do saldo financeiro e o valor do mesmo;
- 3.5.2. EXTRATO BANCÁRIO - Extrato bancário destacando o saldo;
- 3.5.3. PLANO DE TRABALHO - Novo Plano de Trabalho contendo:
 - 3.5.3.1. Apenas os novos itens a serem adquiridos com o valor do saldo;
 - 3.5.3.2. Novo Cronograma de Desembolso.
 - 3.5.3.3. Datas da execução atualizadas;

3.6. PRESTAÇÃO DE CONTAS- Lei Complementar nº 119 e suas alterações – Arts.49 e 50, Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 98, 99 e 100.

O conveniente deverá inserir no E-PARCELIAS:

- 3.6.1. TERMO DE ENCERRAMENTO ASSINADO PELO PREFEITO
- 3.6.2. EXTRATO DE TODA A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA
- 3.6.3. COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DE SALDO (SE HOUVER)

ESTE CHECK LIST NÃO SUBSTITUI O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 119 DE 28.12.12 (DOE 15.01.13) E SUAS ALTERAÇÕES (LEI COMPLEMENTAR Nº 178 DE 10.05.2018, [DOE 11.05.2018],) DECRETO Nº 32.811 DE 28.09.2018 (DOE 01.10.2018) E SUAS ALTERAÇÕES (DECRETO Nº 32.873 DE 04.11.2018 [DOE 07.11.2018])

4. OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

No site CEARÁ TRANSPARENTE (<https://cearatransparente.ce.gov.br/>) estão disponíveis informações dos Convênios e Termos de ajuste, como:

- ✚ Número do Processo;
- ✚ Status do Instrumento;
- ✚ Situação do Conveniente;
- ✚ Situação da Prestação de Contas;
- ✚ Vigência;
- ✚ Valor do Repasse SESA e Valor da Contrapartida;
- ✚ Aditivos realizados;
- ✚ Ajustes realizados;
- ✚ Notas de Empenho e Notas de Pagamentos;
- ✚ Ordem Bancárias de Transferências realizadas;

Para visualizar estas informações:

- ✓ CLICAR EM CONVÊNIOS
- ✓ INSERIR O NÚMERO DO INSTRUMENTO (SACC), CONVÊNIOS/TERMO DE AJUSTE OU NOME DO MUNICÍPIO
- ✓ CLICAR EM PESQUISAR

7

Transparência

Consulte informações, Dados Abertos e Páginas de Transparência.

Acesso rápido
O que são Páginas de Transparência?
Como usar as Páginas de Transparência?

Consultas em destaque

- Servidores
- Receitas do Executivo
- Despesas do Executivo
- Contratos
- Dados abertos
- Licitações em andamento
- Despesas por empenho
- Convênios**

Consulta avançada

Secretaria/Órgão	Tipo objeto
Todas	Todos
Data de assinatura	Data publicação no portal
Situação do conveniente	Situação
Todos	Todos
Busca pelo SACC	Busca pelo nome do conveniente
Obs: Esta busca desconsidera os demais filtros.	Obs: Esta busca desconsidera os demais filtros.
Busca	Buscar

Você pode buscar por parte do Nº SACC, Nº do Convênio, nome da unidade, nome ou CNPJ do conveniente e partes do objeto do contrato. Exemplos: 'der', 'construção', entre outros.